



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003815-34.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal**  
 Requerente: **JOSÉ LICCI**  
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor se volta contra cobranças que recebeu da ré pela prestação de serviços que ela lhe teria feito relativamente a plano de telefonia celular (Vivo Controle Ilimitado).

Alegou, porém, que nunca firmou com a mesma qualquer relação contratual a esse título, pois o seu plano é pré-pago, e como se não bastasse sua linha agora somente recebe ligações.

Já a ré em contestação salientou a inexistência de falha na prestação de seus serviços, sendo o ajuste mencionado livremente pactuado pelo autor.

Como se vê, o autor expressamente refutou ter efetuado a contratação do plano Vivo Controle Ilimitado junto à ré e em face disso seria de rigor que elementos mínimos fossem amealhados para denotar que a celebração desse negócio sucedeu validamente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Tocava à ré a demonstração pertinente, seja diante do que dispõe o art. 6º, inc. VIII, parte final, do Código de Defesa do Consumidor (cujos requisitos estão presentes), seja na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (não sendo exigível que o autor fizesse prova de fato negativo), mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, observo que a ré nada esclareceu sobre a forma como se teria dado a suposta transação, vale dizer, se por intermédio direto do autor ou por meio de contato telefônico.

Não coligiu, ademais, o instrumento correspondente e sequer as tradicionais "telas" que normalmente apresenta em casos afins.

Em consequência, como se reconhece que a ré não demonstrou satisfatoriamente que foi contratado o Plano Vivo Controle Ilimitado por parte do autor, a conclusão que se impõe é a da falta de lastro sólido às cobranças feitas em função dele.

Prospera em consequência, no particular, a pretensão deduzida para que se declare a inexigibilidade dos débitos em apreço.

Já quanto ao funcionamento irregular da linha, não foi objeto de impugnação concreta e específica por parte da ré.

A sua obrigação em fornecer o serviço adequadamente é indiscutível, de sorte que também aqui vinga a postulação exordial.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para (1) declarar a inexigibilidade das cobranças indicadas a fl. 01, bem como de quaisquer outras dirigidas ao autor pela utilização do Plano Vivo Controle Ilimitado, e também para (2) condenar a ré a restabelecer o funcionamento normal da linha telefônica do autor (nº (16) 99713-2955) no prazo de cinco dias.

Torno definitiva a decisão de fls. 08/09, item 1.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**